

A Comissão Nacional Justiça e Paz

Excelentíssimos Senhores:

Comemorou-se no passado dia 7 de Dezembro o trágico aniversário da invasão do território de Timor Leste pelas tropas indonésias. De então para cá, as atrocidades têm-se sucedido a um ritmo e com um volume tais que a comunidade internacional não hesita em qualificar a situação de verdadeiro crime de genocídio.

O povo maubere é, de facto, hoje, um povo mártir. As estatísticas mais optimistas apontam para números da ordem de um terço da população vítima da tortura, da fome, da guerra, da morte. Entre estes, em 1981 contavam-se já mais de 80 000 mártires católicos, caídos desde 1975/76. E as limitadíssimas notícias chegadas até nós recentemente, provenientes do interior do território, referem que a pressão indonésia sobre a Igreja que peregrina em Timor Leste recrudescceu ao ponto de as instalações oficiais e os próprios locais de culto serem ilegalmente vistoriados por militares indonésios invasores.

É cada vez mais claro que os ocupantes nunca perdoarão a uma Igreja que "põe em prática a Fé do seu povo e é capaz de exprimir aquilo que ele sente, vive e sofre", como salienta um documento enviado pelos religiosos de Timor Leste aos seus irmãos indonésios. Os testemunhos de Monsenhor Martinho Lopes são disso prova cabal e chegam-nos notícias de que o actual administrador apostólico, Pe. Ximenez Belo, trilha os mesmos passos, pois o caminho só pode ser esse: o da construção da justiça e da paz em Timor Leste.

O documento citado refere que "confessamos que ainda não compreendemos porquê a Igreja indonésia e a Igreja romana não declaram oficialmente e abertamente a sua solidariedade com a Igreja, religiosos e povo de Timor Leste. Talvez isto seja para nós o golpe mais duro. Vendo a extensão da tragédia do povo de Timor Leste, (...) ficamos assombrados com o silêncio que parece permitir que morramos traídos."

Por isso, lembrar Timor agora que estamos limitados a este pequeno rectângulo europeu e atlântico, não é fruto de qualquer ambição paternalista e muito menos uma tentativa de subalternizar os pequenos e grandes dramas que assaltam quotidianamente o nosso povo e o nosso país.

Não. Lembrar Timor Leste agora, denunciar aberta e veementemente as atrocidades cometidas para com os nossos irmãos de Timor Oriental, é antes um pungente imperativo de consciência para todos aqueles que se empenham na construção de um mundo pautado pelos valores da Paz, da Justiça e da Liberdade.

Estamos certos de que a Comissão Nacional Justiça e Paz, vocacionada como está para a denúncia dos factores de opressão e das situações em que o homem é impedido de se assumir na sua plenitude, saberá participar activa e publicamente na defesa intransigente dos mais elementares direitos que cabem, de forma inalienável, a esse povo em sofrimento e ao qual o povo e a Igreja de Portugal estão intimamente ligados por laços históricos, políticos e morais há mais de quatro séculos.

1 de Janeiro, dia mundial da Paz, de 1984

José Manuel Marques da Silva Puneza (Coimbra)

Antonio Pinto Barbado de Fagallha (Porto)

Judete Ventura Pereira Monteiro Passado de Fagallha (Porto)

Maria do Carmo Carrilho Celado Antunes Lopes (Coimbra)

Guimarães Aguiar de Silva Freitas (Bragança)

Francisco de Jesus Almeida Fernandes de Freitas (Bragança)

António José de Almeida Resende

Clotilde Rose Carneiro Veiga (Lisboa) (Bragança)

Luís António Pereira (Lisboa)

Luís Filipe Cartanheira Lopes (Lisboa)